

Otra Economía

Revista Latinoamericana de economía social y solidaria

Otra Economía - Volumen IV - Nº 7 – 2º semestre/ 2010

ISSN 1851-4715



Otra Economía [online] - Volumen IV - Nº 7 – 2º semestre/ 2010 - ISSN 1851-4715. Disponible en: <http://www.riless.org/otraeconomia>

185 p.; 29 x 21 cm.

1. Autogestión; 2. Economía Social y Solidaria; 3. Cooperativas; 4. América Latina; 5. Marco legal.

Publicada por:
Red Latinoamericana de Investigadores de Economía Social y Solidaria (RILESS)



**Ilustraciones:
Edilson Rocha.
Brasil.**

Artista Plástico e Escritor, Edilson Rocha é daquelas pessoas simples, sem malícia no olhar, sorridente e confiante. Natural de

Beberibe, pequena cidade do litoral cearense, desde criança sonhou em viver na cidade grande.

divilima@yahoo.com.br
<http://galeriaedrocha.blogspot.com/>

Usted es libre de: copiar, distribuir, exhibir, y ejecutar la obra bajo las siguientes condiciones:

1. Reconocimiento. Debe reconocer los créditos de la obra de la manera especificada por el autor o el licenciador (pero no de una manera que sugiera que tiene su apoyo o apoyan el uso que hace de su obra).

2. No comercial. No puede utilizarse esta obra para fines comerciales.

3. Sin obras derivadas. No se puede alterar, transformar o generar una obra derivada a partir de esta obra.

Ante cualquier reutilización o distribución, usted debe dejar claro a los otros los términos de la licencia de esta obra.

Cualquiera de estas condiciones puede dispensarse si usted obtiene permiso del titular de los derechos de autor.

Nada en esta licencia menoscaba o restringe los derechos morales del autor.

Consejo Científico:

Boaventura de Souza Santos (Portugal)
Enrique Dussel (México)
Jean-Louis Laville (Francia)
José Luis Coraggio (Argentina)
Luiz Inácio Gaiger (Brasil)
Marília Veronese (Brasil)
Paul Singer (Brasil)

Directores:

José Luis Coraggio (Argentina)
Luiz Inácio Gaiger (Brasil)

Equipo Editorial:

Andressa Correa (Brasil)
Carolina Barnes (Argentina)
Federico Zuberger (Argentina)
Gonzalo Vázquez (Argentina)
Leticia Cristina B Barbosa (Coord.) (Brasil)
Natalia García (Argentina)
Sandra Milena Muñoz (Colombia)

Diseño y diagramación:

Leticia Cristina Bizarro Barbosa (Brasil)

Cuerpo de referís:

Aida Quintar (Argentina)
Antonio Cattani (Brasil)
Antonio Elizalde (Chile)
Armando de Melo Lisboa (Brasil)
Carola Conde Bonfil (México)
Claudia Danani (Argentina)
Daniela Soldano (Argentina)
David Barkin (México)
Euclides André Mance (Brasil)
Fabio Sánchez (Brasil)
Fernando Kleiman (Brasil)
Gabriela Domecq (Argentina)
Gabriel Fajn (Argentina)
Griselda Verbecke (Argentina)
Gustavo Cimadevilla (Argentina)
Hans Benno Asseburg (Brasil)
Henrique Tahan Novaes (Brasil)
Lia Tiriba (Brasil)
Maria Adela Plasencia (Argentina)
María Arcelia González Butrón (México)
Mario Elgue (Argentina)
Mirta Vuotto (Argentina)
Pablo Guerra (Uruguay)
Patricio Narodowski (Argentina)
Paulo Albuquerque (Brasil)
Raúl Fernández Wagner (Argentina)
Ricardo Diéguez (Argentina)
Ruth Muñoz (Argentina)
Ana Mercedes Sarria Icaza (Brasil)
Susana Hintze (Argentina)

INDICE

<u>PRESENTACIÓN.....</u>	<u>4</u>
<u>ECONOMÍA SOCIAL Y SOLIDARIA: CONTRIBUCIONES TEÓRICAS.....</u>	<u>7</u>
José Ricardo Tauile: contribuições para a Economia Solidária Manuela Salau Brasil y Francisco Salau Brasil (Brasil)	8
<u>ECONOMÍA SOCIAL Y SOLIDARIA: EXPERIENCIAS Y SUJETOS</u>	<u>25</u>
Los procesos organizativos de la agricultura familiar y la creación de ferias y mercados de economía social Luis Caballero et all (Argentina)	26
Experiencias de Economía Social en Michoacán ¿Una respuesta al desarrollo que no llegó? Josefina Cendejas Guízar y María Arcelia Gonzáles Butrón (Mexico) ..	42
A economia solidária e os desafios da gestão pública: uma análise do programa oportunidade solidária no município de São Paulo Sandro Pereira Silva (Brasil)	62
<u>DOSSIER MICROEMPREENDEDORISMO Y ASOCIATIVISMO</u>	<u>83</u>
Quando micro não é sinônimo de pequeno: a vertente metautilitarista do empreendedorismo Adriane Vieira Ferrarini y Luiz Inácio Gaiger (Brasil)	84
Microempreendedorismo e associativismo: um retrato preliminar de Moçambique Dipac Jaiantilal y Cláudio Mungói (Moçambique)	101
Microempreendedorismo popular e Economia Solidária: o sentido de uma mudança Pedro Hespaha (Portugal)	111
Piracema: uma metáfora para o microempreendedorismo associativo no Brasil Adriane Vieira Ferrarini y Marília Verissimo Veronese (Brasil)	131
A História e os sentidos do empreendedorismo solidário Luiz Inácio Gaiger y Andressa da Silva Corrêa (Brasil)	153
<u>ECONOMÍA SOCIAL EN AMÉRICA DEL NORTE</u>	<u>177</u>
El “mapeo” de la economía social y solidaria: algunos retos Yves Vaillancourt (Canadá)	178

Otra Economía

Sección Especial:
Dossier Microempendedorismo y Asociativismo

Piracema: uma metáfora para o microempreendedorismo associativo no Brasil¹

Adriane Vieira Ferrarini

Doutora em Sociologia, docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Consultora nas áreas de política pública, desenvolvimento local sustentável, economia solidária, família, saúde comunitária e redes sociais.

E-mail: adrianevf@unisin.br.

Marília Veríssimo Veronese

Doutora em Psicologia Social, docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Atuante nas áreas de psicologia social, sociologia, subjetividade e trabalho. E-mail: mariliav@unisin.br.

Resumo

O artigo analisa algumas das condições de emergência de grupos empreendedores e associativistas e alguns requisitos para sua efetivação, alicerçados na solidariedade e na eficiência. A pesquisa baseou-se em visitas a instituições de apoio ao microempreendedorismo e a empreendimentos associativos em zonas rurais e urbanas, dentre os quais: três do segmento de coleta e triagem de resíduos recicláveis, três do segmento rural e dois do segmento de microempresas. Concluiu-se que a melhoria das condições de vida dos empreendedores associados e o desenvolvimento de competências relacionais e para o enfrentamento das dificuldades, foram conquistas relevantes das comunidades visitadas. No contexto pesquisado, a organização em espaços coletivos de trabalho tem se apresentado como fator que possibilita aos empreendedores deixarem de ser presas fáceis de um sistema de crescimento econômico desigual e predatório, para transformarem-se em protagonistas de um modo mais solidário e sustentável de produzir e de viver, nadando contra a corrente do capitalismo globalizado.

Palavras-chave: microempreendedorismo, associativismo, economia solidária, empreendimentos econômicos solidários.

Abstract

The article examines some of the prerequisites for the emergence of associative entrepreneurial ways and some factors that have focused on their effectiveness in terms of solidarity and efficiency. The field research was conducted through visits

¹ Trabalho resultante do Projecto de Pesquisa *Microempreendedorismo e Associativismo em Países de Desenvolvimento Periférico*, realizado no âmbito do Programa de Cooperação em Matéria de Ciências Sociais para os Países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e financiado pelo CNPq.

to cooperative ventures in rural and urban areas: three from the segment of collection and sorting of recyclable waste, three rural and two microenterprises, besides visits to organizations that provide support of microentrepreneurship. It is concluded that the improvement of living conditions of the entrepreneurs involved and the activation of organizational, relational and troubleshooting capabilities are important elements. In the context researched, the organization in groups has been a factor that enables entrepreneurs to cease being easy prey for a system of uneven and predatory economic growth, to transform themselves into leading actors of a more caring and sustainable way of producing and living, swimming against the tide of globalized capitalism.

Key-words: microentrepreneurship, associativism, solidarity economy, solidarity economic enterprises.

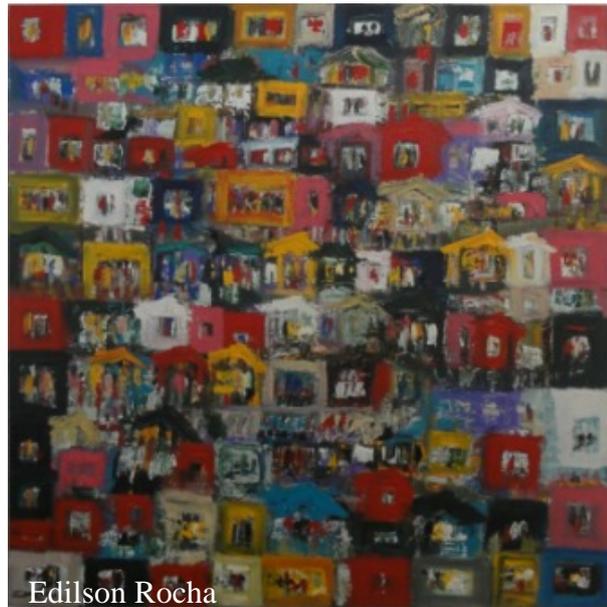
INTRODUÇÃO

Piracema

Incessantemente move seu corpo
Nada contra a correnteza
Que se esforça para levá-lo rio abaixo.
Nada... mas tão forte é a corrente
Avança alguns metros
Logo é conduzido para traz
Torna-se estático... nada...
Olha ao redor
Muitos companheiros não estão mais lá
Uns não tiveram força para subir
Outros escolheram a inércia à luta
Nada... o peixe... nada...
Seu corpo está dolorido
Mas sua vontade parece indelével
Quanto mais avança
A solidão torna-se mais próxima.
Quão cômodo seria submeter-se
À força contra a qual nada.
Não há como lutar contra
O determinado pela natureza!
Quanto esforço poderia ser poupado
Ao deixar-se levar pela correnteza
A dor não haveria de existir
E a fadiga cederia ao descanso
Nada...o peixe... nada...
Todavia, e depois?
Passar sua existência conduzido.
Sem esforço, porém cativo
Pelo cárcere incolor
Das águas condutoras ao
Nada... o peixe... nada...

Fabricio Carrijo

O projeto de pesquisa que originou este artigo caracterizou-se por estudar organizações econômicas de formato coletivo de pequeno porte que evidenciam sua importância por criarem sistemas alternativos de produção. Esse novo modelo apresentou significativo crescimento no Brasil a partir da década de 1990. Tal contexto despertou interesse acadêmico a fim de que fossem conhecidas as características do empreendedorismo praticado por trabalhadores associados, as peculiaridades das empresas decorrentes desse formato associativo, e a maneira como a associação potencializa o empreendedorismo. A metáfora da piracema, na qual várias espécies nadam contra a corrente dos rios para poderem desovar e garantirem a sua reprodução, contribuirá neste texto para uma reflexão simbólica acerca dos desafios que envolvem o empreendedorismo associativo de trabalhadores desempregados ou em condições de desvantagem social no mercado capitalista globalizado.



Edilson Rocha

O projeto de pesquisa estabeleceu um sistema de cooperação entre três países de desenvolvimento periférico: Portugal, Moçambique e Brasil. Acredita-se que a diversidade das experiências, analisadas em perspectiva comparada, tem potencial para fornecer dados que poderão contribuir como subsídio para a adoção de políticas sociais que promovam o protagonismo econômico dos empreendedores.

O conceito de empreendimento econômico solidário adotado nesta pesquisa compreende:

Diversas modalidades de organização econômica, originadas da livre associação de trabalhadores, nas quais a cooperação funciona como esteio da sua eficiência e viabilidade. Adota em proporção variável arranjos coletivos na posse dos meios de produção, no processo de trabalho e na gestão, minimizando a presença de relações assalariadas (Gaiger, 2009: 181).

Os formatos institucionais alternativos apresentam-se de várias formas, como microempresas, associações formalizadas ou informais e cooperativas populares. No Brasil, a pesquisa identificou algumas das condições que permitem a emergência de formas empreendedoras e associativistas e fatores que têm incidido para sua efetividade, promovendo a solidariedade e a eficiência dos microempreendimentos.

De acordo com a metodologia empregada na pesquisa brasileira, o campo empírico foi constituído por empreendimentos do campo da Economia Solidária, agregados em torno dos seguintes segmentos: coleta e triagem de resíduos recicláveis, microempresas e pequenos produtores rurais. Os resultados aportaram contribuições à análise do desempenho dos empreendimentos associativos, foco da pesquisa. Para tanto, foram investigadas as relações internas do empreendimento (referentes à potencialização da comunidade de trabalho) e externas (referentes ao padrão de interação econômica: reciprocidade, intercâmbio e redistribuição).

Neste universo, foram estabelecidos dois vetores centrais de análise: o **empreendedor** e o **solidário**, os quais foram subdivididos em duas dimensões: o primeiro abarcou a eficiência e a sustentabilidade; o segundo, a autogestão e a cooperação. Os vetores e suas respectivas dimensões auxiliaram na identificação de três momentos diferenciados das trajetórias dos empreendimentos: dinamismo, estagnação e declínio. A partir dessa subdivisão, os dados serão expostos, buscando incluir alguns aspectos da análise longitudinal, assim como pontos comuns entre os diferentes segmentos.²

A pesquisa de campo foi realizada por intermédio de visitas a dez empreendimentos associativos, em zonas rurais e urbanas: três do segmento de coleta e triagem de resíduos recicláveis, três do segmento rural e dois do segmento microempresas. Realizaram-se ainda visitas a instituições públicas e religiosas de apoio e fomento ao microempreendedorismo. Os pesquisadores e a bolsista de iniciação científica (CNPq) participaram de visitas pré-agendadas por meio de contatos anteriores do Grupo de Pesquisa em Economia Solidária e Cooperativa da Unisinos (Grupo *Ecosol*). Da mesma forma, foi realizado um levantamento prévio na base de dados do SIES (Sistema de Informações, gerado pelo Mapeamento Nacional da Economia Solidária no Brasil). Alguns desses locais estavam sendo visitados pela primeira vez, por indicação de instituições de referência, enquanto outros haviam participado das pesquisas anteriores conduzidas pelo Grupo *Ecosol*.³

Durante as entrevistas, um membro da equipe atuou como facilitador, registrou-as por escrito e gravou as conversas para posteriores complementações. O relato e os principais itens da entrevista foram assinalados em instrumentos desenvolvidos pela equipe. Os pesquisadores registraram dados sobre vários quesitos da trajetória dos empreendimentos e mensuraram indicadores do vetor solidário e do vetor empreendedor. Em relação aos vetores, no primeiro foram avaliados aspectos de autogestão democrática, cooperação, auxílio mútuo, participação, etc.; no segundo, as capacidades de gerenciamento para garantir sua sustentabilidade. Os membros da equipe preencheram as planilhas e também interagiram com os entrevistados na medida em que sentiram necessidade de aprofundamento de alguma questão ou, na parte final da entrevista, para conferirem itens que porventura não tivessem sido abordados. Posteriormente, em reunião com os pesquisadores, cotejaram-se os elementos obtidos para que o preenchimento final das planilhas contemplasse as percepções de toda a equipe e as conclusões advindas daquele momento de reflexão conjunta.

Para fins de síntese teórico-empírica da pesquisa realizada, será feita a seguir uma análise do conceito de empreendedorismo, cujo significado tradicionalmente atribuído pela literatura da área deixa de responder, em muitos aspectos, à forma associativista de empreendedorismo, protagonizada por grupos em situação de desvantagem social; em outras palavras, sem recursos econômicos significativos para investimento e, majoritariamente, com baixa escolaridade. Posteriormente, seguirão as análises por segmento, em busca de elementos que favoreçam a compreensão do fenômeno do microempreendedorismo associativo no cenário contemporâneo.

² Para maiores detalhes sobre os vetores e dimensões, consultar o texto de Gaiger e Corrêa, a seguir, nesta edição.

³ Recordando os principais projetos anteriores, conduzidos entre 1997 e 2003, que geraram várias publicações: *Experiências de Geração de Renda: no rumo de uma Economia Popular Solidária?*; *Autogestão, Eficiência e Viabilidade dos Empreendimentos Econômicos Solidários* e *Características e Tendências da Economia Solidária no Brasil*. Para maiores detalhes dos projetos anteriores, consultar o site: <http://www.ecosol.org.br/psq.htm>. Ver também Gaiger, 2004.

1. O empreendedorismo na contracorrente da lógica mercantil

O conceito de empreendedorismo implica a capacidade de conduzir a organização e a gestão dos fatores produtivos, humanos e materiais, das organizações com vistas à realização das suas metas. **Empreender** significa, segundo o dicionário Aurélio da Língua Portuguesa (Ferreira, 2010), “deliberar-se a praticar, propor-se, tentar empresa laboriosa e difícil”. No contexto da sociedade globalizada, a carga semântica desse termo tem sido vinculada quase que exclusivamente à lógica capitalista hegemônica, o que nos remete ao desafio de aplicá-lo em empreendimentos do campo da Economia Solidária. Os empreendimentos econômicos solidários, ainda que com todos os riscos de investimento e de formas convencionais de produção, pautam-se pela lógica do trabalho associado e autogestionário e pelo princípio de construção de uma sociedade solidária e sustentável. Essa situação faz o empreendedorismo se conjugar ao associativismo, fenômeno que se ressentia da falta de teorização mais aprofundada na literatura contemporânea.

A expressão **associativismo** abrange diversas formas de união entre pessoas, regidas por diferentes normas legais para a busca em conjunto de solução para problemas comuns. (Varella e Platiau, 2003). O associativismo e o cooperativismo são movimentos que merecem a atenção daqueles que trabalham com o estímulo produtivo dos micro e pequenos empreendedores, pois se apresentam como uma das formas mais apropriadas e muitas vezes a única viável para a expansão de liberdades individuais e coletivas dos empreendedores do setor formal e informal. Tais liberdades, neste caso, significam acesso a mercados, crédito em suas diversas formas e, em ambos os polos da relação jurídica – passivo e ativo –, aquisição e disseminação de conhecimentos e tecnologias, coesão social e aumento de auto-estima, entre outros.

Os trabalhadores em situação de pobreza, ao se organizarem em empreendimentos econômicos e lutarem para alavancá-los, muitas vezes laboriosamente, contra a extrema adversidade (relatam histórias de superação impressionantes), estão sendo empreendedores. Essa denominação, portanto, não evoca necessariamente a adoção de posturas individualistas, típicas da lógica mercantil convencional.

Daí porque o sentido atribuído ao empreendedorismo nesta pesquisa requer uma abordagem crítica e comprometida com a superação das desigualdades que a lógica capitalista perpetua há séculos. Empreender – especialmente se forem dadas aos grupos marginalizados as condições mínimas para que possam fazê-lo – pode ser uma alternativa de saída da linha de pobreza extrema e uma forma de fortalecimento das populações fragilizadas socioeconomicamente.

Pode-se compreender o sentido negativo que o termo evoca, uma vez que a consolidação do capitalismo como modelo de desenvolvimento globalmente hegemônico, orientado pela racionalidade econômica mercantil, significou a destruição de formas associativas tradicionais de produção e dificultou o surgimento de novos modelos de trabalho coletivo. A expansão do capitalismo também justificou os processos de colonização pelos quais passaram Moçambique e Brasil. Capitalismo e colonialismo apresentam-se como processos complementares, responsáveis tanto pela exploração material de riquezas, de recursos naturais e do trabalho humano, como pela dizimação de culturas, referências e saberes. O fato é que a voracidade do capital e sua relação de desprezo com as consequências sociais e ambientais de sua expansão não estão diretamente ligadas à figura de empreendedores em sentido genérico, como parece ser reforçado na vulgata do uso do termo empreendedorismo.

Cabe, portanto, um debate teórico mais aprofundado com relação ao conceito de empreendedor e à determinação de seus atributos. A teoria econômica foi ao longo do tempo afinando critérios e operacionalizando dimensões analíticas, tendo desembocado na definição de um tipo ideal. O termo é identificado com uma competência apurada de detectar e aproveitar oportunidades de negócio, independentemente de dispor ou não de recursos próprios. Popularizada por Peter Drucker (1909-2005) e fortemente difundida pelas *business schools*, a inovação reveste-se da maior importância para o sucesso do empreendimento. Ela manifesta-se em uma diferente combinação de meios de produção e pode assumir formas variadas: 1) introdução de novo produto com que os consumidores não estão familiarizados ou de nova variedade do produto; 2) introdução de novo método de produção; 3) abertura de novo mercado; 4) uso de nova fonte de matéria-prima ou de produtos semi-industrializados e 5) mudanças na forma de organização da atividade, como a constituição ou o desmantelamento de um monopólio. Apesar de considerar a inovação uma tendência que distingue o empreendedor do gestor, J. Schumpeter nunca produziu corpo de regras algum ou prescrições pelas quais o empreendedor tivesse de se orientar, antes considerou a conduta reflexiva como a mais adequada a lidar com o que é novo (Swedberg, 2000).

A conduta dos empreendedores apenas interessou Schumpeter como um aspecto de uma nova teoria econômica centrada na mudança e no desenvolvimento econômico. O empreendedor estaria na origem das mais importantes mudanças da economia, alterando o sistema econômico a partir do seu interior por intermédio da criação de novas funções de produção que marcariam os ciclos de negócios. Mais tarde, viria a realçar o papel da função empresarial no processo de destruição criativa que, segundo ele, caracteriza o próprio capitalismo: o novo substitui o velho. Enquanto isso, o empreendedorismo é definido pelos seus atributos de criatividade e intuição. Schumpeter analisa ainda as motivações do empreendedor, em um registro mais próprio da psicologia do que da teoria econômica, para concluir que existem três motivações principais: a aspiração de poder e de autonomia, o desejo de sucesso e a satisfação de criar algo.

Uma leitura apressada desse quadro motivacional descambou para a difusão de uma imagem heroica do empreendedor, que hoje é celebrada por muitos autores e trabalhos publicados. O economista haveria mais tarde de corrigir a sua mudança de foco, admitindo, entre outras coisas, que: 1) o papel do empreendedor possa ser desempenhado por uma organização; 2) ninguém é empreendedor para toda a vida (apenas enquanto desenvolver atividades inovadoras) e 3) o que importa é o comportamento, não a figura heroica do ator (Hespanha, 2010).

Por seu turno, a contribuição de Knight para a definição do perfil típico de empreendedor (mais tarde reassumida por H. Stevenson) respeitou os atributos da desenvoltura na gestão e da assunção da incerteza (Knight, 1921). Contrariamente ao risco, a incerteza não pode ser calculada ou conhecida e, por isso, o lucro empresarial corresponde precisamente à remuneração da gestão da incerteza. Sintetizaria, portanto, os principais atributos de um perfil típico de empreendedor nas seguintes capacidades: aproveitamento das oportunidades de negócio, inovação, criação de valor, desenvoltura na gestão, previsão e assunção do risco ou da incerteza (Hespanha, 2010).

Ainda se considerando que qualquer empreendedor tem um meritório esforço de criação de algo novo, é dedutível que os empreendedores que atuam em consonância com a lógica de mercado – que privilegia o formato de empresa tradicional em sua relação empregado-patrão e prioriza a maximização do lucro – encontrem um terreno mais fértil para seus empreendimentos e acessem recursos com mais facilidade. As políticas de fomento e de capacitação são majoritariamente voltadas para esse tipo de empreendedor. A realidade se altera

quando os empreendedores são oriundos de contexto de desvantagem e mesmo de vulnerabilidade social; além dos desafios inerentes ao ato de empreender, eles criam algo novo que está na contramão da lógica instituída no mercado; não propriamente do discurso de mercado hoje, que até certo ponto assimilou os valores da sustentabilidade e da qualidade de vida. Na prática, esses valores materializam-se, nas empresas, em dispositivos concretos de ações de preservação e recuperação ambiental ou de melhorias das condições de trabalho e de vida dos seus funcionários e da comunidade de entorno, na medida em que não comprometam a acumulação de capital.

Na tentativa ou no ideal de inverter essa equação e transformar o capital em instrumento – sem dúvida, necessário para a própria perenidade do empreendimento – e a vida em todas as suas formas, os trabalhadores de empreendimentos solidários veem-se diante de um triplo desafio: empreender, em geral, com parcos ativos (econômicos, tecnológicos, educacionais); priorizar a vida e não o capital e criar um mercado, ou seja, competir com “gigantes” em um espaço já ocupado predominantemente por empresas que operam em média ou grande escala, com custos reduzidos.

Tal desafio lembra o fenômeno da piracema, movimento dos cardumes que nadam rio acima, contra a correnteza, para realizarem a desova no período de reprodução. A palavra vem do tupi e, tal como os índios a descreviam, significa “saída de peixes”. A piracema é um fenômeno que ocorre com milhares de peixes no mundo inteiro, para a reprodução e sobrevivência de suas espécies. A jornada é cheia de perigos porque os animais precisam superar cachoeiras, predadores e outros obstáculos naturais e, ainda, escaparem da pesca predatória. Como agravante, tais peixes viram presas fáceis, pois sobem os rios em grandes cardumes.

O desafio enfrentado por trabalhadores desempregados e à margem de formas dignas de subsistência é passível de analogia com o fenômeno da piracema. Grandes são as dificuldades de inovar e empreender contra a correnteza, de cooperar interna e externamente (com a comunidade e com o meio ambiente) – considerando os custos econômicos que isso acarreta, em termos de tempo de envolvimento em processos participativos de toda a ordem e na busca de produção ecológica – e competir no mercado. A análise do material empírico que segue permitirá concluirmos se podemos falar da emergência de uma forma alternativa ou diferenciada de empreendedorismo no Brasil e, em caso positivo, se esse tipo de iniciativa pode inscrever-se no conceito e debate teórico sobre o tema, e de que forma.

2. Segmento de coleta e triagem de resíduos recicláveis

O conjunto de empreendimentos analisados nesse segmento realiza trabalho coletivo em galpões, onde os trabalhadores executam as tarefas de separação e pré-beneficiamento do lixo urbano com potencial de reciclabilidade. Trata-se de empreendimentos exitosos, considerando-se que existem há mais de 15 anos (tendo um deles sido criado há mais de 20); são duas associações (uma em Porto Alegre e outra em Santa Maria) e uma cooperativa, localizada na cidade de Campo Bom, todas no Estado do Rio Grande do Sul.

A pesquisa buscou identificar as especificidades da condição associativa para esse tipo de trabalhador, comparando o registro empírico produzido com o material teórico já publicado sobre o tema. Os catadores individuais, como Bhowmik (2002, p. 375) destaca, são “os mais pobres entre os pobres” urbanos, com mais baixo *status* social, para quem a coleta de lixo nas ruas representa, muitas vezes,

a única fonte de sobrevivência, eventualmente de forma precária. Contudo, verifica-se na literatura disponível uma diferenciação clara, para melhor, na condição dos trabalhadores associados desse segmento, a partir da inserção nos programas coletivos. Os casos analisados aqui confirmam a hipótese, pois com renda entre um e três salários mínimos e inserção social crescentemente qualificada, notoriamente os trabalhadores melhoram suas condições de vida por intermédio da associação.

Esses ganhos dão-se, obviamente, em graus variáveis, ora modestos, ora consideráveis; mas, ao analisarmos os depoimentos, não resta dúvida de que ocorrem. Esta seção tem por fim estudar essas mudanças em maior detalhe, mediante exame dos casos em questão.

Catadores individuais não recebem recursos oriundos de projetos de instituições públicas, privadas (filantrópicas) ou religiosas, não têm proteção social ou apoio de organizações coletivas (grupos de convivência), não têm direito à retirada maior em período de férias, etc.. Os trabalhadores associados que participaram da pesquisa referem todos esses elementos como sendo comuns em seu cotidiano. Nos empreendimentos coletivos autogestionários investigados, há trabalhadores de mais de 70 anos de idade; dificilmente, sendo catador individual, um trabalhador com essa idade conseguiria gerar renda, prover suas despesas e obter reconhecimento no cotidiano de trabalho.

Além disso, outros efeitos positivos, tais como formas diversas de aprendizagem, ativação de economias potenciais (familiares e comunitárias) e o fato de participar da gestão de uma organização econômica proporcionam ganhos materiais e imateriais, confirmando o que já aponta a literatura disponível sobre o tema. Para Calderoni (1998), a constituição de associações ou cooperativas de catadores de material reciclável se apresenta como uma importante inovação institucional, pois permite melhorias nos ganhos desses trabalhadores em relação ao trabalho de catação de rua, além de torná-los menos vulneráveis nas negociações com as indústrias ou com os intermediários que compram o seu material. Segundo Martins (2005, p. 83):

A recuperação de resíduos assume uma importância considerável como possibilidade de ocupação para populações excluídas em países em desenvolvimento, havendo, dentre outros, estudos e relatos sobre casos de cooperativas e associações de catadores na Índia e na Colômbia, onde cerca de 6.500 trabalhadores se beneficiam dessa atividade.

Para Pizzio (2007), os trabalhadores que se unem a associações coletivas desenvolvem uma identidade de resistência, superando o estigma e a desqualificação social que os marcam amiúde, em função da atividade de catação. Uma pesquisa comparativa entre catadores de lixo urbano que atuavam sozinhos e outros que trabalhavam associados em empreendimentos econômicos solidários concluiu que os últimos tinham um conhecimento sobre o processo de reciclagem bastante superior, além de relatarem maior segurança e auto-estima. Contudo, o estudo adverte para o fato de que, apesar dos ganhos em qualificação social e econômica, ainda havia aspectos de precarização na vida dos catadores associados.

Segundo o autor,

O imaginário que fixa a pobreza como marca de inferioridade conduz à produção de uma hierarquia que diferencia os indivíduos em inferiores e superiores. Nesse último caso, a dificuldade de se livrar das marcas da inferioridade representa verdadeiro estigma a desqualificar quem a vivencia. (Pizzio, 2007: 23).

No Brasil, de acordo com Galbiati (2004), as primeiras experiências municipais de coleta seletiva de lixo surgiram no final dos anos 1980 e início dos 1990. Porto Alegre, Diadema, Belo Horizonte e Campinas são alguns dos municípios pioneiros.

A partir dessa época, em algumas cidades brasileiras foram implementados sistemas integrados de gerenciamento de resíduos, propiciando a expansão das atividades de reciclagem. Por esse motivo, firmaram-se convênios entre as cooperativas e associações formalizadas de catadores e recicladores e os poderes públicos locais. Os acordos geralmente significaram fornecimento de material por meio da coleta regular da prefeitura e outras formas de apoio, financeiras e técnicas (Martins, 2003). Esse foi o caso de dois dos três empreendimentos analisados. Apenas a Prefeitura de Santa Maria não estabelece convênio para fornecimento de material à associação localizada naquela cidade.

Na presente pesquisa, observou-se que na gênese dos empreendimentos visitados nesse segmento está sempre presente o efeito da externalidade indutora (prefeituras ou Igreja Católica). Salieta-se a presença de três formas diferenciadas de gênese, três aspectos que marcaram o início das experiências: presença de uma ética ligada ao humanismo cristão; militância política (origem no sindicalismo ou outros movimentos sociais urbanos) e a reconstrução da identidade da categoria (quando todos eram catadores de resíduos e foram realocados em novo ponto da cidade, oriundos de uma vila muito pobre). Essa constatação indica que um empreendimento econômico solidário não surge espontaneamente. É preciso que haja um conjunto de condições históricas, culturais, ideológicas, comunitárias, não improvisáveis, para que a escolha associativa seja feita e mantida. No caso da indução externa por perda das referências identitárias, ao serem realocados em novo local da cidade, criou-se um fator comunitário que impulsionou o associativismo. Os trabalhadores, também vizinhos, desenvolveram práticas de ajuda mútua e mutirões para conserto das casas, além do zelo coletivo com o patrimônio da comunidade (posto de saúde, escola). Em torno do empreendimento fluem vida e processos sociais onde as atividades econômicas acontecem.

A interação com o contexto externo é marcante nesse segmento. Há uma relação direta com a política pública municipal em dois dos casos e uma forte ligação com movimentos sociais e instituições promotoras em todos eles. Em se tratando de condições de vida tão precárias, os apoios viabilizam o empreendedorismo, este último especialmente visível e intenso quando não se estabelece uma relação de dependência do empreendimento com o apoio público. Aparece, portanto, o problema da dependência dos aportes externos de políticas públicas, que pode gerar impactos negativos no vetor empreendedor. Altos desempenhos neste último quesito exigem quadros diretivos bem formados e experientes, o que coloca o problema da rotatividade para atender aos quesitos do vetor solidário. Como manter rodízio na gestão, democracia participativa em relação à eleição de quadros diretivos, ao mesmo tempo em que se tenta formar gestores experientes?

A saída parece ser a encontrada pela Associação em Santa Maria: ao renovarem-se a cada dois anos os quadros, mantendo constantemente a participação de todos, com a multiplicação dos conhecimentos, o grupo forma vários trabalhadores com capacidade gerencial. Assim, internamente, realizam a preparação dos atuais e futuros quadros diretivos, incrementando a socialização das aprendizagens obtidas dentro e fora do empreendimento e a multiplicação dos conhecimentos que ocorre nas reuniões periódicas, ou mesmo no cotidiano de trabalho.

Em relação aos padrões de desempenho dos empreendimentos, destacam-se ainda alguns aspectos econômicos, como uma gestão espartana deliberada, já que os recursos são escassos e o trabalho é a única fonte de renda dos participantes. Trabalhando no limite, precisam de muita criatividade para construir alternativas que possibilitem a sustentabilidade do empreendimento e isso inclui elevado grau de cooperação inter e intra-empresarial. São inseridos e comprometidos com sua comunidade, já que a melhoria das condições

de vida gera impactos diretos na vida cotidiana dos associados. Absorvem trabalhadores sem distinção de sexo, idade e de escolarização, fato que os caracteriza como altamente inclusivos socialmente. Pode-se dizer que opera uma razão pragmática (ao gerirem os recursos) e uma razão projetiva (ao esperarem contribuir para uma sociedade mais solidária e justa); tais formas de racionalidade estão presentes, em equilíbrios instáveis, em todos os empreendimentos desse segmento.

É interessante destacar que identificamos histórias verdadeiramente heroicas, como a trabalhadora e gestora de uma das associações (a única sem ajuda de programa da prefeitura municipal), que era analfabeta em 1992, no início do empreendimento, e hoje cursa graduação em Serviço Social. São histórias vitoriosas que transmudam a condição de extrema pobreza, vulnerabilidade e desqualificação social. Essas conquistas, relevantes para a ascensão social, estão diretamente ligadas ao microempreendedorismo associativo; o associativismo mostra-se fundamental para a obtenção do suporte social dos trabalhadores, sua subsistência econômica, à conquista de direitos e patamares mais elevados de dignidade. O processo todo é perpassado por lutas pela promoção da cidadania, que acabam promovendo melhorias sociais tangíveis em termos de rendimentos, educação, aprendizagens e apoio mútuo. Acontece uma interação dinâmica entre o singular e o coletivo (Velloso, 2005), onde a trajetória de cada um dos trabalhadores e trabalhadoras é transformada a partir da inserção associativa. Sendo longevos, os empreendimentos atraem muitas pessoas desempregadas, existindo filas de espera para fazer parte dos grupos, nos três casos.

Os grupos organizados clamam por reconhecimento, enfrentando toda uma sorte de preconceitos que lhes dificulta o acesso a uma vida digna. Para Velloso (2005: 2):

Os novos movimentos sociais representam a afirmação da subjetividade sobre a cidadania, que deve ser fundada na expressão do novo e na atividade criadora, na luta pela emancipação pessoal, social e cultural. As novas demandas pautam-se por formas organizativas – democracia participativa – diferentes das que presidiam a luta pela cidadania no sistema socialista, capitalista e neoliberal – democracia representativa. Os seus protagonistas não são as classes sociais e sim os grupos sociais, ora maiores, ora menores que classes, com contornos mais ou menos definidos, em vista de interesses coletivos por vezes muito localizados, mas potencialmente universalizáveis.

Os interesses dos catadores e separadores de resíduos recicláveis associados caracterizam-se enquanto tais, traduzindo uma identidade que os aproxima dos novos movimentos sociais: além das questões de classe, existem as do reconhecimento e existência qualificada cultural e comunitariamente. Para a autora supracitada, os catadores, quando organizados em associações ou cooperativas, podem tornar-se um pequeno grupo e, por intermédio dele, dar vazão ao seu processo de criatividade e emancipação social. Mas, para isso, necessitam de liberdade, auto-estima e sentimento de pertença social, o que será eventualmente promovido, em maior ou menor grau, pelo processo associativo.

A pesquisa forneceu elementos para avaliar que o microempreendedorismo associativo, no caso dos muito pobres, é um fator com potencial para gerar processos de aprendizagem, inserção comunitária e renda mínima para os trabalhadores. O risco de dependência de políticas de indução acompanha as experiências; no entanto, reafirma-se a importância do apoio público às iniciativas, para que possam perseverar e atingir melhores objetivos econômicos, sociais e comunitários. A relação com as prefeituras, contudo, é sempre difícil e requer diálogo, planejamento, acompanhamento e paciência, além da disposição de manter a autonomia dos empreendimentos participantes.

3. Segmento microempresa

Nossa escolha pela nomenclatura “microempresa”, como segmento específico, não está relacionada com a receita ou com o número de participantes – embora este último tenha sido critério para toda a escolha dos empreendimentos pesquisados, já que nosso interesse se relacionava ao microempreendedorismo, mas sim com a forma de propriedade e de organização do trabalho. O registro formal desses empreendimentos como microempresas é sua principal peculiaridade diante de outros pesquisados, o que justificou sua análise em separado.

Em relação às microempresas em geral, destaca-se que a crise no mundo do trabalho, intensificada a partir da década de 1970, teve como uma das suas consequências a criação de diversas alternativas econômicas por parte dos trabalhadores. O crescimento de micro e pequenas empresas faz parte desse fenômeno, principalmente no que se refere à criação de postos de trabalho, e são frutos de diferentes tipos de organizações – individuais ou associativas – tendo ampliado sua importância na economia nacional. Para Oliveira e Teixeira (2006), as experiências apontam para a perspectiva de que, com a geração de emprego e renda por intermédio de microempresas formais e informais, uma parte da população tem acesso ao setor produtivo, passando, efetivamente, a contribuir para a melhoria da distribuição de renda.

No caso desta pesquisa, as duas microempresas em questão têm origem em empreendimentos solidários. A principal dificuldade de permanecerem no formato associativo ou cooperativo e expandirem os benefícios sociais para mais associados parece ter sido a capitalização inicial dos empreendimentos, o que não permitiu que novos sócios ingressassem em situação de igualdade, pois precisariam aportar valores significativos. Apesar de sua forma de organização do trabalho configurar a divisão entre capital e trabalho, o mercado que exploram é pautado por valores solidários, fato até certo ponto paradoxal, mas compreensível diante da diversidade de empreendimentos que gravitam nas redes e nos mercados associados à Economia Solidária. Neste sentido é perceptível, em ambos os empreendimentos, uma coesão relativa a projetos comuns que envolvem sócios e clientes (há uma fidelização da clientela), sem, contudo, implicar engajamentos mais amplos em movimentos sociais e populares. Esses fatores, evidenciados na escassa articulação externa, materializam-se em uma gestão orientada para o mercado (mesmo que solidário), implicando poucas interações econômicas que tenham como padrão a reciprocidade e a redistribuição – típicas em grande parte dos formatos organizativos solidários.

Os dois empreendimentos estudados nesse segmento se caracterizam pelo emprego de trabalho assalariado, evidenciando a existência da propriedade privada, com a presença da divisão social do trabalho, conforme já dito, além da divisão técnica. Ambos os locais já haviam sido visitados nas pesquisas anteriores. Trata-se de uma confecção que trabalha com roupas de malha e que mantém no nome a antiga condição de “Associação” (mudou o formato organizacional de associação para microempresa) e de um restaurante naturalista originado da dissolução de uma cooperativa.

Observam-se práticas de gestão semelhantes das empresas tipicamente capitalistas, tais como a existência de hierarquia entre trabalhadores associados e assalariados e alguma dissociação entre o modo de formular e de executar as tarefas. As costureiras empregadas na confecção, por exemplo, somente realizam os trabalhos a elas destinados, sem participação em planejamento e decisões estratégicas. Mas, ainda assim, mantêm algumas atitudes que remetem aos princípios relacionados ao protótipo de empreendimento econômico solidário, como a afirmação da necessidade de humanizar as relações de trabalho e de

promover o igualitarismo, além de cuidados ambientais quando da destinação dos resíduos e das sobras de material. Essa postura poderia ser considerada uma racionalidade híbrida, conjugando variantes capitalistas e solidárias.⁴

Ambas as empresas são pequenas, mas têm significativo capital; dividem as retiradas somente entre os sócios, que ocupam posições de gerência e definem as negociações e as tarefas a serem desenvolvidas. Seu diferencial com relação a típicas empresas capitalistas consiste também em terem como principal objetivo não a maximização do lucro, mas a reprodução dos sócios envolvidos e de suas famílias, sem menosprezo ou mera utilização instrumental dos trabalhadores não-sócios. As iniciativas em questão parecem ter alcançado um nível de estabilidade, com significativas conquistas financeiras para seus sócios, não tendo como preocupação imediata a expansão do empreendimento, mas sim a manutenção do patamar atingido.

Ambos os projetos apresentam uma gênese vinculada a movimentos políticos e católicos (Cáritas), com alto grau de idealismo inicial, tendo uma das organizações matriz familiar. Atualmente, estabelecem predominantemente trocas mercantis, possuindo boa saúde financeira, sem ambições de maximizar capital, como já foi mencionado; demonstrando muita cautela na assunção de riscos.

Em linhas gerais, para ambas as organizações é possível perceber que há um refluxo no que concerne ao solidarismo interno e externo, relacionado principalmente a aspectos autogestionários e de envolvimento efetivo com a comunidade. Adotam uma postura produtiva, mas mantêm-se a discussão de pautas do movimento da Economia Solidária e, eventualmente, os sócios participam de atividades religiosas e comunitárias. Observam-se e ouvem-se relatos de uma relação entre capital e trabalho mais humanizada, na perspectiva do igualitarismo. Pelo menos, esse discurso circula entre os trabalhadores associados e os assalariados, embora possamos deduzir que sua prática seja relativa, resquício de compromissos anteriores com a Economia Solidária.

No restaurante, em relação à receita, atualmente, a organização das retiradas é feita da seguinte forma: os sócios proprietários fazem um saque por mês proporcional à parcela do lucro apurado e têm descontos de 50% nas refeições que realizam no restaurante; os sócios trabalhadores atuam nas funções de gerência, coordenação da cozinha e do salão de refeições, ganhando, além da retirada, um pró-labore que varia de acordo com suas funções. Os trabalhadores assalariados recebem de acordo com a atribuição e têm registro formalizado. Pelos relatos, podemos supor que a diferença de ganhos entre sócios e não-sócios seja menor do que entre proprietários e empregados de empresas tipicamente capitalistas, embora não haja dados conclusivos, pois não foram revelados valores.

Na confecção, o grupo é dividido entre as costureiras (uma sócia e duas assalariadas) e o sócio que assume as funções gerenciais, auxiliado pela irmã, sócia. Ele já trabalhou na produção e eventualmente ainda o faz, quando necessário, se a demanda for elevada. É evidente também o não envolvimento das empregadas na gestão do empreendimento e no projeto da Economia Solidária. Os sócios participam do movimento por estarem vinculados a uma central, ligada à diocese de sua cidade de origem, que congrega e apoia empreendimentos solidários e grupos comunitários, promovendo encontros, feiras, cursos, etc..

Nas visitas anteriores à confecção, observamos critérios de solidariedade e igualdade nas práticas de gestão; percebemos a transição de um enfoque mais voluntarista para um mais pragmático, alterando essa característica. O aporte dos

⁴ Conforme descritas no trabalho de Pedro Hespanha, nesta edição.

sócios serviu como fator impeditivo para a entrada de novos associados, pois criaria um desequilíbrio: os sócios originais já haviam aportado os recursos, ficando difícil que novos trabalhadores oferecessem contribuições similares.

O foco na estabilização custou ao empreendimento a redução da militância pela Economia Solidária. Atualmente, os sócios possuem crédito, capital de giro e bens, representando uma grande melhoria nas suas condições. Entretanto, expõem a dificuldade de expandir esses benefícios para a comunidade, pois não dispõem de tempo para pensar em mais ações comunitárias, declarando que a participação eventual é sua contribuição à comunidade e à Economia Solidária.

Considerando tudo isso, em relação aos elementos de solidariedade, os empreendimentos funcionam, formalmente, com um modelo de gestão que poderia ser considerado misto, com procedimentos autogestionários na relação entre sócios e com processos característicos da relação salarial com não-sócios.

Os elementos de eficiência e de gestão funcionam basicamente como empresas de mercado, dentro de um ramo específico e com estratégias de fidelização da clientela. No entanto, há recusa em ingressar no mercado financeiro (fazer aplicações, tomar empréstimos, etc.), tampouco os empreendimentos buscam ou disputam recursos públicos, nesse momento. Evitam correr riscos, justificando que a experiência inicial fracassou pelo excesso de idealismo e por uma falsa perspectiva de crescimento rápido. Ao que tudo indica, o objetivo é manter a empresa com sua estrutura atual, incrementando-a paulatinamente, desde que haja segurança. Fazem negócios com outros empreendimentos solidários e estabelecem práticas de reciprocidade, com estudantes e estagiários. Há colaboração eventual de familiares e repasses às famílias, sob forma de sobras das refeições e de descontos para os dependentes dos sócios.

Do ponto de vista da racionalidade econômica, há uma diferença essencial em relação a empresas convencionais, relacionada com a não prioridade absoluta do lucro. Ambos os empreendimentos são frutos de uma gestão prudente e creem ter alcançado os objetivos para os quais foram criados, de melhorar e garantir um nível de vida digno para os seus membros, incluindo os demais trabalhadores do grupo. Como refere o membro gestor da confecção: *“Olho grande é só para criar remela”*.

Perguntamo-nos por que, mesmo convertidos objetivamente em microempresários, os sócios não adotaram plenamente a lógica da acumulação, da mercantilização dos seus produtos e da força de trabalho que empregam. Uma hipótese explicativa poderia estar relacionada ao peso dos ideais e do discurso a partir dos quais se constituíram, portanto seguem atuando socialmente, imbuídos do espírito da Economia Solidária. Outra possibilidade de explicação poderia estar na própria vida de trabalho desses empreendedores, cuja matriz cultural não incorpora um horizonte de lucro desenfreado. Assim, mesmo sem grandes projetos de ampliação, há firmes propósitos dos sócios de levar o empreendimento adiante com uma tendência de crescimento atomista (sem maiores aportes para as comunidades ou para novos membros), ou seja, envolvendo somente o núcleo familiar ou de sócios já estabilizados.

Nos empreendimentos que assumiram o formato de microempresa refluem os ideais solidários na medida em que consolidam a identidade de microempresa, produzindo modos de gestão mais distantes dos princípios autogestionários; contudo, mantêm certa abordagem crítica do capitalismo, como componente ético que persiste apesar das práticas heterogestionárias. A separação que vai se estabelecendo entre a o modo de formular e de executar as tarefas, entre as decisões fundamentais e o trabalho cotidiano, não impede que a ideia de tratar bem, com justiça e humanidade, clientes e funcionários, seja o legado do tempo em que constituíam um empreendimento solidário mais próximo do tipo ideal.

4. Segmento de pequenos produtores rurais

Nos últimos anos, especialmente a partir de 1980, a globalização econômica, a abertura do mercado mundial e o consequente acirramento da competitividade trouxeram imensos desafios em âmbito nacional e internacional. O Brasil, assim como a totalidade dos países latino-americanos, foi compelido a entrar em uma corrida expansionista, globalizada, a partir de bases materiais e simbólicas deficitárias. Após séculos de processos de colonização e de governos autoritários e elitistas, o país desloca-se do lugar de subalternidade que ocupava para o ingresso no capitalismo e na modernidade.

Se essa realidade afeta de maneira intensa as atividades empresariais em áreas urbanas, seu efeito é ainda maior nas unidades produtivas rurais. Além dos aspectos de mercado, a produção agrícola está subordinada às restrições impostas pela natureza. Tais desafios mudaram a realidade do setor agrícola no Brasil, que passou a adotar novas tecnologias de produção e de gestão administrativa capazes de instaurar uma nova atitude diante das exigências do mercado. (Uecker e Braun, 2002).

Inseridos nessa realidade, os pequenos agricultores veem-se obrigados a gerir a propriedade rural como uma empresa, estendendo seus esforços para além dos métodos mais eficientes de produção. Eles precisam levar em conta as estratégias para identificar os fatores internos e externos que influenciam o funcionamento do empreendimento e que podem dificultar a viabilização econômica, com relação a diferentes aspectos: escala de produção, posse e uso da terra e da água, inovação tecnológica e melhoria de produtividade, gestão das pequenas unidades, acesso ao crédito, comercialização, sistemas de intermediação, transporte de seus produtos e infra-estrutura de irrigação e de abastecimento (Vilckas e Nantes, 2006).

Essa situação é agravada no contexto brasileiro pela presença de latifúndios, que implantaram sistemas altamente produtivos de agricultura mecanizada, e pela insuficiência das políticas voltadas ao pequeno produtor e suas famílias – ainda que tenham sido ampliadas na última década. No entanto, é inegável a importância que o segmento formado por produtores familiares assume na sociedade brasileira, na medida em que contribui à promoção do desenvolvimento econômico, ao aumento do emprego de mão de obra e à redução da pobreza, por intermédio da provisão da subsistência das famílias e da produção de significativa parcela de alimentos básicos consumidos no país. Além disso, a produção familiar contribui para a melhoria da distribuição de renda e para a redução do êxodo rural.

A pesquisa foi realizada em três associações de pequenos produtores rurais que empreendem de forma coletiva, cujas características aqui analisadas – que vão além das idiosincrasias de cada empreendimento – expressam elementos que podem ser generalizáveis à compreensão do empreendedorismo entre pequenos produtores rurais da região, dada sua conexão com rede mais ampla de processos sociais e movimentos políticos.

Nos empreendimentos pesquisados no meio rural, o associativismo emergiu como uma alternativa dos pequenos produtores para o enfrentamento do desafio da alta competitividade, aliada ao ambiente de escassez de recursos financeiros, humanos e tecnológicos. Além da mobilização em torno da necessidade premente de subsistência, foram identificados outros fatores que constituíram o terreno fértil para a emergência e consolidação do associativismo, tais como: (1) culturais, devido a imigrantes poloneses, alemães e italianos que transmitiram às

gerações seguintes a importância das tradições agregadoras e das práticas coletivas; (2) religiosos, por meio de tradições pautadas na ética cristã, que estimularam os valores de bem comum e da solidariedade; (3) familiares, graças às relações de proximidade de famílias geralmente numerosas, que constituíram vínculos com base nos processos de ajuda mútua e de reciprocidade e (4) políticos, devido à politização do meio rural ocorrida a partir dos anos 1970, estimulada por organizações que incorporaram o discurso anticapitalista e incentivaram a construção de alternativas associativas e solidárias tais como a Central Única de Trabalhadores (CUT), o Movimento de Mulheres e o Partido dos Trabalhadores (PT).

O associativismo no meio rural manifesta-se por intermédio da articulação entre grupos de famílias que, por sua vez, formam organizações maiores, as quais possibilitam empreender mediante a realização de ações conjuntas. Tais iniciativas em geral são voltadas à aquisição de equipamentos, ao acesso a conhecimentos, mercados e fundos, ao incremento da comercialização, ao fortalecimento do movimento político e à ampliação da representatividade dos pequenos produtores nos municípios.

Os empreendimentos pesquisados constituem uma amostra típica do hibridismo que tem caracterizado a Economia Solidária brasileira. Eles são formados por pequenos agricultores ligados por laços de vizinhança ou parentesco, o que leva a uma fusão da lógica familiar com o associativismo coletivo. A proximidade estimula certa informalidade nos procedimentos de autogestão. Além disso, é comum os empreendimentos baseados na agricultura familiar disporem de estruturas privadas de produção, portanto seu grau de coletivização é variável e geralmente parcial. O regime de trabalho também se orienta pelo padrão familiar, pois a vida pessoal, familiar, comunitária e laboral encontra-se profundamente integrada. Percebe-se também o perpetuamento da divisão sexual de tarefas, devido às tradições culturais do campo. A diminuição das famílias e o êxodo rural têm gerado um problema preocupante de escassez de mão de obra. Os produtores estão envelhecendo e grande parte da geração seguinte já está nas cidades e não quer dedicar-se à lida do campo.

Todos os empreendimentos podem ser considerados longevos, tendo respectivamente 25, 24 e 13 anos de existência. Os dois mais antigos passaram por significativos processos de mudança na sua dinâmica e estrutura organizacional. Inicialmente, desenvolviam um conjunto mais amplo de atividades produtivas e abarcavam quase o dobro do número de associados. Em ambos os casos, as crises foram resolvidas pela redução significativa das atividades produtivas conjuntas – sendo a produção mantida de forma particular em cada família – e coletivizando alguns meios e processos de trabalho, como transporte, armazenamento e comercialização. Em um dos casos, os sócios assumiram dívidas e buscaram capacitação que lhes permitiu compreender a necessidade de planejamento para o bom desempenho da associação, assim como passaram a contar com o serviço profissional especializado na área de contabilidade de uma das associadas. O empreendimento passou a diferenciar-se da forma de organização dos demais, funcionando hoje mais como apoio à produção do que como geração direta de renda.

O planejamento é uma categoria que emerge na fala de todos os produtores entrevistados, pelo reconhecimento da sua importância para a obtenção de melhores resultados. Tal evidência vem ao encontro de estudos recentes, os quais afirmam de forma consensual a necessidade de planejamento para o aumento da competência das funções administrativas e gerenciais, que devem se agregar à função de produzir que ocupa a maior parte do tempo. Essa realidade também está presente entre empreendimentos individuais e mercantis, o que passa a constituir um limite frente ao mercado competitivo. Os produtores admitem a falta de planejamento qualificado porque não se sentem habilitados

para fazerem por si mesmos e não têm conseguido assessoria técnica para essa finalidade.

Um dos entrevistados relatou a falta desse tipo de apoio para os pequenos empreendedores e exemplificou que as grandes empresas estão sempre inovando; elas trazem a ideia concretizada à qual os pequenos produtores rurais aderem com facilidade porque os problemas estariam, em tese, resolvidos, mas o objetivo velado é a exploração do trabalho e da matéria-prima. Ele ainda sugere: *“As universidades têm que copiar essa idéia de ter pacotes prontos, mas para melhorar as condições de trabalho e produção”*. Para Zelaya e Vale (2007), torna-se fundamental trabalhar concomitantemente com órgãos públicos de fomento para impulsionar formas de disseminação das ferramentas administrativas a fim de contribuir para a tomada de decisões mais próximas da realidade e dos desafios dos pequenos empreendimentos agrícolas.

O apoio de entidades de fomento e apoio técnico e das políticas públicas mostrou-se fundamental, tanto para a constituição dos empreendimentos quanto para o seu desempenho ao longo dos anos, porque lhes oportunizou boa articulação em redes de empreendimentos para a comercialização e para o implemento de estratégias coletivas de produção e compra de equipamentos. Contudo, os produtores sofrem tanto com a descontinuidade quanto com a mudança da forma de atuação das entidades, o que é ainda mais significativo com relação às políticas públicas que são tratadas como políticas de governo no Brasil. Na atualidade, um programa do Governo Federal que combina a promoção de segurança alimentar e nutricional com o apoio aos pequenos produtores foi referido por dois empreendimentos como vital para o escoamento planejado e previsível da produção, o que possibilitou ampliá-la. É difícil afirmar se pelo menos dois dos empreendimentos pesquisados teriam conseguido manter um patamar sustentável de desempenho nos últimos anos sem a inserção nesse programa.

Ainda no tocante à dimensão política, todos os empreendimentos são bem articulados em nível regional, por intermédio de sua participação em organizações que promovem feiras ecológicas e da assessoria de órgãos governamentais. Também existe a consciência acerca da importância da representação política junto ao governo municipal, sendo comum a prática de eleger um vereador ligado à sua causa ou ter vínculos com secretários do município.

Internamente, todos os entrevistados trouxeram preocupação substantiva com a gestão democrática. Observou-se a existência de relações de ajuda mútua e laços de confiança entre os associados, de trocas de experiências, de decisões tomadas em consenso e até mesmo à compra de bens, fatos que parecem apontar para um projeto comum. Porém, no bojo das mudanças que têm acompanhado o ciclo evolutivo dos empreendimentos, houve significativa transformação dos procedimentos da forma de gestão. No início, a gestão era constituída por um grande número de assembléias e reuniões, nas quais tratavam não só do empreendimento, mas também de assuntos relativos ao entorno e à municipalidade. *“As reuniões demoravam cinco, seis horas. Agora, em uma hora e pouco, a gente faz uma reunião. Nós queríamos resolver os problemas do mundo, mas não conseguimos”* (entrevistado).

O terceiro empreendimento pesquisado surge exatamente como desdobramento de um desses anteriormente comentados. É o empreendimento mais jovem deste segmento, herdeiro de uma cultura política do associativismo e já criado a partir das demandas da realidade atual, sem ter passado por adaptações, crises e reformulações, muitas vezes traumáticas.

A gente aprendeu bastante com a associação mesmo. Que bom que ela veio antes do nosso. Foi um meio pra gente aprender a cooperar sem ter problemas entre os sócios, sem ter atritos. É claro que sempre tem alguma coisinha aqui,

algum desentendimento, mas se sabe que no dia seguinte vai ter que trabalhar junto [...] então não tem querer segurar uma encrenca ali ou guardar rancor (entrevistado).

Esse empreendimento já inicia com um formato de gestão mais flexível, sem que isso, segundo os associados, signifique prejuízo à prática autogestionária e democrática. Os associados consideram que o consenso a partir da discussão coletiva é base das decisões do grupo. Não há diretoria nem conselhos, o que é justificado pelo número limitado de participantes, segundo relataram os membros do empreendimento. Nesse processo, os contatos são freqüentes mediante telefonemas, sempre que necessário. O grupo caracteriza-se pela informalidade, sendo a função de contador, nas feiras, a única instituída, porém rotativa. A busca por alguma profissionalização está presente por meio da contribuição de um dos sócios com formação universitária na área de atuação do empreendimento. Percebe-se também a presença de atitudes pró-ativas, criatividade e de inovação.

No plano externo, as longas assembléias e a preocupação com os problemas da cidade serviram para que os empreendimentos mais antigos, ainda que reduzindo sua eficiência, fossem geradores de outras organizações e associações que têm contribuído para a disseminação dos valores solidários, de práticas associativistas e, em última instância, para o desenvolvimento sustentável da sua região. Esse talvez possa ser considerado o maior mérito oriundo dos ciclos de vida dos empreendimentos: grandes associações que caracterizaram o associativismo rural nos anos 1980 amadureceram, em parte envelheceram ou reduziram a vitalidade de sua dinâmica e funções, mas foram geradoras de “filhotes” que se organizam hoje com novas possibilidades. Elas funcionaram quase como uma incubação para novos empreendimentos e movimentos.

A produção agroecológica, forte tendência entre os pequenos empreendedores rurais pesquisados, é outro elemento crucial da análise desse segmento. Sob o ponto de vista econômico, a produção ecológica é um filão do mercado que se abre e se amplia lentamente com claras perspectivas de crescimento da demanda. Essa nova modalidade é ainda complementar no resultado total, porque os agricultores não conseguem dedicar maior tempo à produção agroecológica que apresenta custos mais altos e ressenete-se de mão de obra, repercutindo na dificuldade de concorrer no mercado.

Na dimensão sociocultural e política, a agroecologia parece agregar um novo sentido e identidade ao associativismo e à luta de resistência em virtude da intervenção de grandes empresas e da agricultura mecanizada. Os produtores expressaram a percepção de serem parte de uma causa maior de desenvolvimento social e sustentável por meio de ações de recuperação e preservação dos recursos naturais, bem como por contribuírem para a melhoria da qualidade de vida da população mediante a oferta de alimentação saudável. Esse sentimento vem maximizando-se nas feiras, pela interação direta com as pessoas beneficiadas, cada vez mais atentas e abertas ao consumo de produtos orgânicos. O contato com a população tem possibilitado ao produtor apropriar-se desse sentido simbólico do resultado de seu trabalho e renovar o ânimo de continuidade da produção ecológica em meio às múltiplas intempéries relativas à escassez de recursos técnico-financeiros e às condições ambientais desfavoráveis. Além disso, o agricultor também está buscando preservar sua saúde, pois percebeu que adoeceria e teria sua vida encurtada pelo uso de produtos químicos.

A análise final dos dados desse segmento mostra que a tendência de retrocesso de grandes cooperativas que envolviam produção conjunta não significou reversão da cultura associativa, por duas razões: os produtores permanecem empreendendo coletivamente em outras atividades (comercialização, utilização

conjunta de instrumentos produtivos e representação institucional) e, além de não ter havido dissolução total dos empreendimentos, houve um movimento de gestação de novos grupos formados por famílias que apostaram na especialização produtiva.

No meio rural, o empreendedorismo associativo entre pequenos produtores em geral é caracterizado como um empreendedorismo de necessidade, típico de regiões em que a renda é baixa ou mediana (Garcia, 2007). Porém, na prática, percebeu-se também a existência de traços do empreendedorismo de oportunidade expressos pela capacidade de reconhecimento do nicho de mercado agroecológico e pela aposta e risco inerentes ao plantio em pequena escala e extremamente diversificado, assim como pela introdução de produtos orgânicos pouco difundidos no mercado.

Existe um debate inacabado a respeito dos fatores que possibilitam o reconhecimento de oportunidades, sendo destacados na literatura sobre o tema os recursos subjetivos, cognitivos, tecnológicos e sociais. Kantis (2002 apud Garcia, 2007), por intermédio de pesquisa realizada com 689 empresários de micro e pequenas empresas, relata que mais de 70% dos entrevistados informaram que a chave para identificar as oportunidades de negócios é a “interação com as pessoas” e a “experiência profissional prévia”. Esta pesquisa corrobora os dados acima. Se os pequenos produtores rurais entrevistados são em sua maioria sujeitos com baixa escolaridade e com acesso limitado a conhecimento e tecnologia – recursos referidos na literatura como necessários para o reconhecimento de oportunidades –, ao mesmo tempo, enfatizaram a importância do contato com os consumidores para a inserção de seus produtos no mercado.

Dessa forma, se há uma distância entre o perfil típico do empreendedor – disposto a correr riscos, a inovar, ser criativo e ter atitudes pró-ativas –, os pesquisados caracterizaram-se pelo risco, ainda que comedido, e pelo desenvolvimento de ações inovadoras. Os produtores são cautelosos quanto à obtenção de empréstimos e não pretendem explorar novos mercados, produtos, atividades ou formas de organização. Os planos limitam-se à manutenção do conquistado e a ações pontuais de melhoramento. É possível que a falta de assessoria técnica e de recursos financeiros e tecnológicos seja um fator restritivo do desejo de expansão devido ao receio de empreender sem condições apropriadas e colocar em risco o patrimônio. Ainda assim, os associados têm uma inserção significativa no mercado, salientam que não vendem mais por falta de produção e afirmam que a sua situação socioeconômica melhorou, não apenas em função das estratégias familiares relativas à divisão do trabalho e à produção para o autoconsumo, mas por benefícios que o empreendimento lhes oportunizou, tais como troca de conhecimentos e informações, serviços de frete prestados pela associação e capital social compartilhado.

Ainda que não se possa constatar claramente a presença de uma dinâmica anti-utilitarista ou não utilitarista, é inegável que tal *modus operandi* se diferencia de práticas empreendedoras tradicionais fundamentadas na lógica individualista predominante de luta por um espaço no mercado competitivo. Ao invés do tradicional “cada um por si”, a lógica subjacente ao empreendedorismo associativo é responsável pela instauração de uma visão e dinâmica integradoras em que “se um ganhar, o outro também ganha”.

É interessante observar a semelhança dessas declarações com uma máxima de Bentham, pensador da filosofia utilitarista, que afirmava: “o que é bom para o indivíduo, é bom para a sociedade”. Tal afirmação, paradoxalmente, foi empregada para livrar o lucro das amarras morais legadas pela ética cristã que lhe atribuía o sentido pecaminoso de avareza, contribuindo para conferir

legitimidade à acumulação individual necessária à consolidação do capitalismo. (Ferrarini, 2008).

O empreendedorismo associativo parece radicalizar ou recuperar o significado original dessa premissa da filosofia utilitarista, mostrando exatamente a emergência de uma dinâmica não utilitarista. As práticas de articulação política em prol de benefícios para si e para a comunidade e as preocupações ambientais são fatores que, com frequência, oneram o desempenho econômico se vistos de forma isolada e em curto prazo, mas exercem papel fundamental na consolidação do empreendimento ao longo dos anos, em sua função social e econômica.

Empreender coletivamente tem representado para os pequenos produtores a oportunidade de saírem do padrão reativo aos "*pacotes prontos*" das grandes empresas e tornarem-se "*peça de uma engrenagem*", quase como operários, como ocorreu com muitos agricultores da região. Juntos, os produtores têm sido capazes de construir mecanismos contra a subordinação, de serem donos do que produzem e de contribuírem para o desenvolvimento social e sustentável da sua região.

CONCLUSÃO

Como afirmam Fontes e Pero (2009: 1), "os microempreendedores no Brasil formam um grupo muito heterogêneo, que pode ser visto pela desigualdade de renda equiparável a do Brasil como um todo". Muitos deles têm buscado empreender de forma associativista e vinculada a um projeto ético-político de construção de sociedade mais justa, inscrita no âmbito da economia social e solidária. A pesquisa focalizou esse perfil de empreendedores, para os quais o movimento de produzir, buscar, alcançar e modificar as condições de vida para um sujeito, grupo ou comunidade, não aparece associado exclusivamente à lógica mercantil e ao individualismo. Daí a importância de, à luz dos resultados empíricos e do debate teórico, concluir se é possível falar de empreendedorismo nessas condições e quais seriam suas semelhanças ou diferenças.

A pesquisa evidenciou que, apesar de o termo empreendedorismo haver se consolidado a partir da lógica mercantil no contexto da sociedade capitalista globalizada, não é necessário abdicar dele quando se trata de empreendimentos econômicos e solidários. A polissemia do termo **empreendedorismo** dá margem a diferentes conotações e ênfases e se, alguma restrição for imposta, deve-se a fatores de ordem político-ideológica e não factual.

Na prática, percebeu-se que o empreendedorismo vincula-se a outras lógicas econômicas. Mais do que isso, ele transcende a dimensão econômica e avançou, na última década deste milênio, para lógicas sociais, políticas e culturais, quando identificado em organizações da sociedade civil e do Estado, cuja finalidade central não é produtiva. Nesses casos, o conceito adquire o atributo "social" e passa a denominar-se empreendedorismo social.

Os diferentes modos e lógicas que envolvem o empreendedorismo tornam patente a necessidade de se tratar a definição e aplicação do conceito de forma mais complexa. O empreendedor não é exclusivamente compreendido como indivíduo; no associativismo encontra-se um veio importante do empreendedorismo. Alguns trabalhos já têm apontado a ligação entre ambos, a exemplo de Sachs (2003), Pires e Gatti (2006) e Battisti e Denuzi (2009).

A análise dos dados empíricos mostrou que, seja no caso dos catadores de lixo, que vivem em situação de extrema pobreza, seja de desempregados ou de produtores rurais fragilizados diante da agricultura mecanizada, o

empreendedorismo associativo é gerador de processos de aprendizagem, inserção comunitária e renda mínima para os trabalhadores. Salvaguardando as especificidades de cada segmento, aprofundadas ao longo do texto, é comum a todos a dependência, em graus variáveis, de agentes públicos e da sociedade civil para fomento e assessoria. As dificuldades emergem com a descontinuidade de políticas públicas, tratadas como políticas de governo, e a falta de adequação de técnicos e de recursos para a realidade do perfil de empreendedores da Economia Solidária.

A opção por modificar o formato organizacional do empreendimento (de cooperativa ou associação para microempresa), visando à sua longevidade, mostra-se também como uma tentativa de preservar a capacidade de esses cidadãos seguirem fazendo frente aos desafios da sobrevivência digna, além de manterem-se vinculados ao movimento da Economia Solidária, ainda que menos intensamente.

A conclusão da pesquisa no Brasil é enriquecida pelas conclusões da que foi realizada em Portugal, com a qual converge em seus resultados. O relatório da pesquisa portuguesa demonstra que muitos empreendedores não possuem todas essas capacidades e se afastam notoriamente do perfil típico estabelecido pela teoria econômica: ou não resultam da capacidade de detectar oportunidades ou não representam inovação em termos da gestão e do produto; ou não manifestam disposição para assumir riscos, nem envolvem uma operação de elevado retorno ou, finalmente, não evidenciam qualquer desenvoltura por parte do empreendedor, que se mostra muito apegado a uma forma de gestão rotineira e cautelosa. Contudo, não deixam de ser empreendedores por causa disso. Há uma pluralidade muito maior no campo do empreendedorismo do que supõe o *main-stream* da literatura econômica consagrada.

Na realidade brasileira, foi também identificado que muitos empreendedores solidários não exibem o perfil típico ou se afastam dele. Em contrapartida, muitos têm consciência da necessidade desses atributos e gostariam de desenvolver competências atribuídas ao perfil clássico do empreendedor individual, ou seja, de serem criativos, inovadores, de buscarem oportunidades e correrem risco, mas o ambiente e os recursos disponíveis lhes compelem a manterem uma atitude de cautela e preservação do patrimônio.

O que parece ser realmente distintivo do empreendedorismo tradicional mercantil é o fato de que nenhum dos sujeitos da pesquisa colocou como dimensão teleológica a questão do crescimento expansionista e ilimitado por si mesmo ou como elemento primordial. O crescimento sempre é referido em articulação com outras dimensões sociais, culturais e ambientais. A concepção de desenvolvimento de A. Sen parece encaixar-se muito bem no que a realidade empírica evidenciou: trata-se de um desenvolvimento que, sem desconsiderar a importância do crescimento econômico, vai além e serve para a expansão das capacidades humanas e das liberdades substantivas. Fica clara a idéia do econômico como meio e não como finalidade, o que faz toda a diferença e destaca o papel do empreendedorismo associativo e solidário na desconstrução do conceito idealizado e parcial de empreendedorismo e na sua contribuição para a sociedade.

Pode-se afirmar que a ligação do empreendedorismo associativo com a Economia Solidária está na retomada do protagonismo de pessoas em situação de pobreza e na condução de uma atividade econômica. A melhoria das suas condições de vida, a ativação das capacidades organizativas, relacionais e de enfrentamento das dificuldades, já são elementos positivos em um empreendedorismo de necessidade (para usar a clássica classificação schumpeteriana) ou por indução. Ao relacionarem-se com programas de políticas públicas e com os demais agentes sociais envolvidos no processo de empreender coletivamente, são geradas

aprendizagens que transformam a vida dos sujeitos participantes de várias formas e que modificam também a atuação do Estado como instrumento de redução da desigualdade. Esse redirecionamento de posturas envolve também a sociedade civil, que passa a interagir com processos e produtos oriundos das práticas associativistas, tendo a oportunidade, como cidadã e consumidora, de participar em alguma medida de uma mudança social.

Desta forma, a pesquisa mostra que o fator associativo no campo da Economia Solidária não apenas se caracteriza como empreendedorismo, como também expressa uma radicalização do empreendedorismo em si. O empreendedor associativo também precisa desenvolver competências individuais porque o indivíduo não se dilui no coletivo; ao contrário, ele agrega suas potencialidades ao todo. Ele tem uma meta mais ampla e complexa, que é administrar a sua eficiência (que não é mensurada apenas de forma econômica, mas também social) para dentro do empreendimento e também para fora, predominantemente articulado em redes e movimentos que lutam por uma sociedade mais solidária e sustentável. Tudo isso partindo de uma estrutura deficitária sob o ponto de vista econômico e educacional, caracterizada pelo reduzido acesso a crédito e à assessoria.

Nesse sentido, a metáfora da piracema contribui para elucidar como esses empreendedores associativos são verdadeiramente empreendedores, no genuíno sentido da palavra, pois nadam contra a correnteza e recriam a vida com o seu trabalho coletivo. Porém, diferentemente dos determinismos naturais, os seres humanos constituem historicamente suas relações de vida e de produção, podendo também desconstruí-las e reconstruí-las. No contexto social pesquisado, a organização em grupos maiores – ao contrário dos peixes – tem se apresentado exatamente como o fator que possibilita aos empreendedores deixarem de ser presas fáceis e vítimas de um sistema de crescimento econômico desigual e predatório para transformarem-se em protagonistas de um modo mais solidário e sustentável de produzir e de viver.

REFERÊNCIAS

- BHOWMIK, S. 2002. As cooperativas e a emancipação dos marginalizados: estudos de caso de duas cidades na Índia. *In*: B. SANTOS (org.). *Produzir para viver — os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, p. 369-400.
- CALDERONI, S. 1998. *Os bilhões perdidos no lixo*. São Paulo, Humanitas Publicações/ FFLCH-USP, 348 p.
- FERRARINI, A. 2008. *Pobreza: possibilidade de construção de políticas emancipatórias*. São Leopoldo, Oikos, 160 p.
- FERREIRA, A. 2010. *Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. São Paulo, Positivo, 1781 p.
- FONTES, A.; PERO, V. 2009. *Determinantes do desempenho dos microempreendedores no Brasil*. Seminário de Pesquisa, IE/UFRJ. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/datacenterie/pdfs/seminarios/pesquisa/texto0906.pdf>. Acesso em 25 de outubro de 2010, p. 5-15.
- GAIGER, L. 2009. Empreendimento econômico solidário. *In*: A. CATTANI; P. HESPANHA, J.-L. LAVILLE; L. GAIGER (orgs). *Dicionário Internacional da outra economia*. Coimbra, Almedina, p. 181-187.

GALBIATI, A. 2004. *O Gerenciamento integrado de resíduos sólidos e a reciclagem*. Disponível em: <http://www.amda.org.br/objeto/arquivos/97.pdf>. Acesso em 15 de janeiro de 2010, 1-10.

GARCIA, J.; MINUZZI, J.; SANTOS P. 2007. *Empreender por oportunidade versus necessidade: um estudo com empreendedores catarinenses*. Disponível em: http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2007_TR630470_9378.pdf. Acesso em 25 de outubro de 2010, p. 1-5.

KANTIS, H. 2004. *Desarrollo emprendedor: América Latina y la experiencia internacional*. Banco Internacional de Desarrollo, New York, 284 p.

MARTINS, C. 2005. *Trabalhadores na reciclagem do lixo: dinâmicas econômicas, socioambientais e políticas na perspectiva de empoderamento*. Tese de Doutorado. Porto Alegre, RS. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 211 p.

PIRES, A.; GATTI, T. 2006. A reinserção social e os egressos do sistema prisional por meio de políticas públicas, da educação, do trabalho e da comunidade. *Inclusão Social*, Brasília, 1(2): 58-65.

SACHS, I. 2003. *Inclusão social pelo trabalho: desenvolvimento humano, trabalho decente e o futuro dos empreendedores de pequeno porte*. Rio de Janeiro, Garamond, 200 p.

SEN, A. 2000. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo, Companhia da Letras, 409 p.

SCHIMIDT, C.; DREHER, M. 2008. Cultura empreendedora. Empreendedorismo coletivo e perfil empreendedor. *Revista de Gestão USP*, 15(1): 1-14.

UECKER, G.; BRAUN, M. 2002. Avaliação de técnicas administrativas em propriedades rurais: o caso do oeste do Paraná. *IV Colóquio sobre Transformaciones Territoriales*, Montevideu, p. 50-59.

VARELLA, M.; PLATIAU, A. 2003. Estímulo ao associativismo no Brasil: algumas propostas de políticas públicas. *Revista de Informação Legislativa*, 40(159): 319-333.

VELLOSO, M. 2005. Os catadores de lixo e o processo de emancipação social. *Ciênc. saúde coletiva* [online], 10: 49-61.

VILCKAS, M.; NANTES, J. 2006. Planejamento das atividades produtivas rurais: estudo sobre pequenos produtores. *Revista Hispeci & Lema*, 9, 13-17. Disponível em: http://www.fafibe.br/revistaonline/arquivos/mariangela_planejdasativprodrurais.pdf.

ZELAYA, M.; VALE, M. 2007. A contribuição de ferramentas de gestão administrativa na viabilidade dos empreendimentos agrícolas. *Revista Científica Symposium*, 5(1): 23-29.